

19.07.2016 – 12h00

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** FAPODIVEL – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Odivelas  
António Boa-Nova, Alexandra Alves e Baltazar Pinto.

**Recebidos por:** Deputados Joana Mortágua (BE, que presidiu à audiência), Álvaro Baptista (PSD), Ana Virgínia Pereira (PCP) e Ana Mesquita (PCP).

**Assunto:** Insegurança e indisciplina nas escolas do concelho de Odivelas.

**Exposição:** A Deputada Joana Mortágua (do BE, que presidiu à audiência) cumprimentou os representantes da Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Odivelas, FAPODIVEL, referiu que a realização de audiências presididas por Deputado-piloto (abertas a todos os Deputados da Comissão) visa agilizar a concessão de audiências, indicou a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os representantes do FAPODIVEL agradeceram a audiência, referiram que os índices de insegurança no país não são muito elevados, mas têm tido casos de insegurança nas escolas do concelho, nomeadamente atos de vandalismo na Escola Secundária da Ramada, havendo a indicação de que a polícia não pode entrar na escola, tendo discordado disso e solicitado legislação que permita a intervenção da polícia na escola.

Referiram depois a importância da segurança nas escolas, elencaram a legislação existente sobre a matéria, a responsabilidade do Ministério da Educação e dos pais e apresentaram várias propostas para melhoria da situação, constantes de um documento entregue e disponibilizado na [página da Comissão na internet](#), a saber:

1. Colocação de pessoal não docente nas escolas;
2. Redução do número de alunos por turma;
3. Reorganização e aplicação do sistema nacional de ocorrências;
4. Atribuição dos recursos humanos e materiais necessários no âmbito do programa Escola Segura;
5. Viabilização da entrada da polícia na escola, sempre que necessário, para precaverem problemas futuros e não só em situações de violência;
6. Reorganização da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, que se tem revelado inoperativa;
7. Funcionamento durante 24h do sistema de videovigilância da escola;
8. Contratação pelo Ministério de equipas de ação rápida, que reajam à ocorrência, e de vigilantes;
9. Disponibilização de formação dos agentes educativos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

---

Por último, defenderam o estabelecimento de compromissos com os encarregados de educação.

O Deputado Álvaro Baptista (PSD) realçou que os cidadãos devem participar ativamente, agradeceu as sugestões apresentadas, informou que as levará ao Grupo Parlamentar do PSD e que acompanharão a matéria e referiu que o Governo anterior atuou, mas tinha dificuldades económicas que restringiram a ação.

A Deputada Joana Mortágua (BE), em representação do BE, saudou a delegação por ter vindo trazer as questões à Comissão e por ligarem os problemas à forma de organização da escola e referiu que algumas escolas adotam medidas criativas, por exemplo, de desencontrarem os horários de saída dos alunos. Informou ainda que o BE entende que a polícia não deve entrar na escola, a título preventivo e os crimes devem ser tratados como tal.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) referiu que os problemas tinham sido agravados pelo Governo do PSD, pelos cortes no pessoal não docente e defendeu que é fundamental que haja mais assistentes operacionais, considerando que o pessoal com contrato emprego inserção não tem formação. Mencionou depois a necessidade de formação dos docentes e não docentes, para saberem resolver situações.

Por último, referiu que o PSD tinha aumentado o número de alunos por turma, o que agravou a situação e o PCP tinha apresentado um Projeto de Lei com a respetiva diminuição.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que foi eleita pelo Círculo de Lisboa e vai acompanhar a matéria. Realçou depois o papel em defesa da escola pública e defendeu que a melhoria na escola só será possível com a melhoria das condições de vida das famílias.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os representantes da FAPODIVEL informaram que têm participado em estudos com outras entidades, nomeadamente com a Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) e pediram que percebam os problemas e que sejam encontradas soluções.

Consideraram depois como pontos essenciais os seguintes: número de alunos por turma; aumento dos assistentes operacionais; hipótese do pessoal com contrato emprego inserção (que consideraram terem um regime de “escravatura”, a reponderar) poder ficar na escola mais de um ano; a polícia não deve andar na escola, mas tem de poder entrar lá.

Defenderam depois que pode fazer-se mais utilizando os mecanismos da lei, tendo dado como exemplo práticas adotadas numaa escola de Carcavelos. Por último, referiram que na Escola da Ramada as coisas começaram pouco a pouco e agora já há situações de fogo posto, havendo pais a tentarem defender a escola.

O documento entregue e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 19 de julho de 2016

A assessora  
*Teresa Fernandes*